

IMPASSE RECOMEÇA

Índios uaimiris querem agora terras de volta

Ronaldo Assis

Depois de fechar a estrada que dá acesso à Mina de Pitinga e obrigar a Paranapanema a ter de pagar, a partir de agora, R\$ 30 mil fixos e 0,5% da produção de minérios, que pode render R\$ 78 mil mensais caso a produção encha 200 caminhões, os índios uaimiri-atroaris partem para outra etapa de luta. Querem retomar os 526 mil hectares de terras ocupadas pela mina da Paranapanema, desde 1980. O dinheiro vai ser usado para a manutenção das 14 aldeias onde vivem 709 índios, vigilância da área e aplicação na poupança bancária, segundo o coordenador do Programa Uaimiri-Atroari, Marcílio Cavalcante.

"Nossos parentes moravam em nessa área do Pitinga e temos o direito de retomar a terra", disse o índio Sanapty Gerôncio, no jornal "Kwa Iapremy", publicado na língua nativa. O acordo, fechado no último dia 5, atendeu plenamente aos anseios da tribo, diz Marcílio, que prefere não utilizar o fato de a Paranapanema ter cedido à pressão dos índios como símbolo de vitória. "A empresa vai pagar, na verdade, o que os índios exigiram inicialmente, que são os R\$ 78 mil", contabiliza o coordenador. "Não foi uma disputa, mas a exigência de direitos". Hoje, segundo ele, passam 100 caminhões transportando minério, mas a produção da empresa pode chegar a 200. "Isso não é muito diante do tempo em que eles estão nas terras indígenas devastando a floresta, sem pagar nada ou oferecendo alimentos em troca dessa permanência", afirma.

Dinheiro — O dinheiro do 'pe-



Marcílio Cavalcante

dágio' pago pela Paranapanema será utilizado na manutenção das 14 aldeias localizadas em 2,5 milhões de hectares, sistema de vigilância do meio ambiente que no ano que vem terá sensoramento remoto e monitoramento dos igarapés para acompanhar a qualidade da água. O pagamento é depositado em conta bancária dos índios e eles próprios o administram. "Eles pretendem guardar uma parte em poupança pensando no futuro do povo".

"Os índios estão mais conscientes das suas necessidades e de valorizar o que têm", explica Marcílio. "Eles vão receber o que é justo da empresa, mas pretendem voltar a ocupar as terras que originalmente eram de seus parentes", finaliza.

Caso na Justiça desde 1990

Além dos 526 mil hectares ocupados pela Paranapanema, os índios uaimiri já perderam 34 mil hectares de terras cedidos para Hidrelétrica de Balbina, da Eletro-norte. Mas a perda foi compensada com o financiamento do Programa Uaimiri-Atroari, que promove programas de educação, saúde e meio ambiente. O resultado desse programa tem sido fundamental para a sobrevivência deste povo. Em 1987 só restavam 371 pessoas nas aldeias e neste ano já são 709.

Marcílio Cavalcante é otimista quando falar do programa, onde está desde 1989. "Eles estão organizados e fortalecidos, conscientes do que precisam e vão dobrar os

esforços para ter de volta a área", afirma Marcílio Cavalcante.

A Mineração Taboca instalou-se nas áreas ocupadas tradicionalmente pelos uaimiri-atroaris desde 1980. E obteve licença a partir da revogação do Decreto 68.607, de 1971, que demarcava as terras dos uaimiris. "Por isso os índios querem a terra de volta", explica.

A luta pela devolução das terras ocupadas pela Mina de Pitinga, da empresa Paranapanema, na verdade, já está na Justiça Federal desde 1990, quando o Conselho Indígenista Missionário (Cimi) denunciou a existência da estrada, de propriedade particular da mineradora, dentro da reserva indígena que é de propriedade da União.